



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO *INÉDITO*
DELEGADO DA

PCERJ



Simulado Especial

Simulado PC-RJ (Delegado)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-Delegado-01-12>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO PENAL

01. Joaquim, fiscal de vigilância sanitária de determinado município brasileiro, estava licenciado do seu cargo público quando exigiu de Paulo determinada vantagem econômica indevida para si, em função do seu cargo público, a fim de evitar a ação da fiscalização no estabelecimento comercial de Paulo. Nessa situação hipotética, Joaquim praticou o delito de

- a) constrangimento ilegal.
- b) extorsão.
- c) corrupção passiva.
- d) concussão.
- e) excesso de exação.

02. Julgue os itens a seguir com base no Código Penal e na jurisprudência do STJ.

I Um indivíduo poderá responder criminalmente por violação sexual mediante fraude, caso pratique frotteurismo contra uma mulher em uma parada de ônibus coletivo lotada, sem o consentimento dela.

II Nos casos de parcelamento de contribuições previdenciárias cujo valor seja superior ao estabelecido administrativamente como sendo o mínimo para ajuizamento de suas execuções fiscais, é vedado ao juiz aplicar somente a pena de multa ao agente, ainda que ele seja réu primário.

III Tanto ao agente, maior e capaz, que praticar o crime de estupro coletivo quanto ao agente, maior e capaz, que praticar o crime de estupro corretivo será aplicada a mesma majorante de pena in abstracto.

IV Situação hipotética: Um homem, em 31/12/2018, por volta das cinco horas da madrugada, com a intenção de obter vantagem pecuniária, explodiu um caixa eletrônico situado em um posto de combustível. Assertiva: De acordo com o STJ, ele responderá criminalmente por furto

qualificado em concurso formal impróprio com o crime de explosão majorada.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) I, III e IV.

03. Constitui uma das características do direito penal do inimigo

- a) a legislação diferenciada.
- b) a punição a partir de atos executórios.
- c) a não utilização de medidas de segurança.
- d) a observância das garantias processuais penais.
- e) o abrandamento das penas na antecipação da tutela penal.

04. Sobre o crime de associação criminosa é correto afirmar que

- a) demanda a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas com o objetivo de praticar crimes.
- b) exige a demonstração do elemento subjetivo especial consistente no ajuste prévio entre os membros com a finalidade específica de cometer crimes indeterminados.
- c) tem caráter hediondo, a despeito de ter pena menor do que a associação para o tráfico, que não é equiparado ao hediondo.
- d) exige para sua configuração o concurso de agentes e a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.
- e) admite a colaboração premiada com redução de até 1/3 da pena, desde que ao menos um agente com cargo político seja delatado.

05. Sobre a prescrição é correto afirmar que

- a) a sentença penal que absolve o réu é causa de interrupção da prescrição.
- b) ainda que seja causa que interrompe a prescrição, o início do cumprimento da pena não faz com que o prazo volte a correr da data dessa interrupção.
- c) com a concessão do livramento condicional volta a correr o prazo para a prescrição da pretensão executória.
- d) o acórdão meramente confirmatório da decisão de pronúncia não interrompe a prescrição da pretensão punitiva.
- e) entre a data do fato e o recebimento da denúncia a prescrição pode ocorrer de forma retroativa com base na pena aplicada na sentença.

06. A legítima defesa

- a) é meio de exclusão da ilicitude em face de qualquer injusta agressão, desde que os bens jurídicos atacados sejam o patrimônio, a vida ou a integridade corporal.
- b) é cabível ainda que o bem agredido esteja submetido a outra forma de especial proteção, como o proprietário que ameaça o inquilino para que preserve o imóvel.
- c) se legitima como forma de exclusão da antijuridicidade diante de agressão injusta, entendida como aquela realizada mediante comportamento do agressor que implique em crime doloso.
- d) quando praticada em excesso, após cessada a agressão, implica em punição na modalidade culposa.
- e) exclui a antijuridicidade da conduta quando repele agressão injusta que esteja ocorrendo ou em vias de ocorrer, desde que a ação defensiva seja moderada e utilize os meios necessários.

07. Assinale a alternativa correta quanto aos crimes contra a fé pública.

- a) O crime de falsidade material se consubstancia na alteração do conteúdo de documento, ainda que parcial, omitindo declaração que dele devia constar, ou nele inserindo ou fazendo inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.
- b) Atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial em autodefesa, uma vez que procurado pela

justiça, não constitui crime, aplicando-se o princípio da dignidade da pessoa humana.

- c) Há concurso material de crimes quando o falsificador posteriormente usa o documento falsificado que se esgota nessa conduta.
- d) Para efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
- e) Atribuir-se identidade falsa perante a polícia após a prisão é atípico pelo exercício da autodefesa.

08. Aponte a alternativa que apresenta requisito(s) para a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos:

- a) ter a vítima mais de 14 (quatorze) e menos de 60 (sessenta) anos de idade, na data dos fatos.
- b) salvo no caso de delação premiada prevista na Lei nº 12.850/2013, e se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, se doloso, que a pena aplicada não supere 4 (quatro) anos; se culposo, independentemente da quantidade de pena.
- c) não reincidência comum ou específica em crime doloso, ainda que em face da condenação anterior a medida seja socialmente recomendável.
- d) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, bem como os motivos e circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente.
- e) aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos se o crime for culposo.

09. Segundo a Exposição de Motivos da Parte Geral, o Código Penal, quanto ao tempo e ao lugar do crime, ao concurso de pessoas e ao crime continuado, adotou, respectivamente, as seguintes teorias:

- a) Atividade, Ubiquidade, Monística e Objetiva.
- b) Atividade, Resultado, Monística e Objetiva-subjetiva.
- c) Resultado, Atividade, Pluralística e Objetiva-subjetiva.
- d) Ubiquidade, Resultado, Pluralística e Objetiva.
- e) Ubiquidade, Resultado, Monística e Subjetivo-objetiva.

10. A conduta típica será inteiramente desculpável e será excluída a culpabilidade quando o erro inevitável recair sobre

- a) a lei.
- b) a pessoa.
- c) a ilicitude do fato.
- d) a eficácia do meio empregado.
- e) as condições pessoais da vítima.

11. No que tange à aplicação da lei penal, a lei penal nova que

- a) diminui a pena de crime contra a ordem tributária não retroage.
- b) tipifica penalmente a conduta de deixar de cumprir alguma obrigação fiscal acessória retroage.
- c) torna atípica determinada conduta aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) estabelece nova hipótese de extinção de punibilidade não se aplica aos fatos anteriores.
- e) torna atípica determinada conduta cessa os efeitos penais da sentença condenatória decorrente dessa prática, ainda que já tenha transitado em julgado.

12. Assinale a alternativa que contém somente causas de extinção da punibilidade, de acordo com o artigo 107 do Código Penal.

- a) Por erro sobre a pessoa; pela decadência ou pela retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
- b) Pela morte do agente; por anistia ou por renúncia do direito de queixa nos crimes de ação privada.
- c) Pelo perdão judicial nos casos previstos em lei; pela perempção ou por legítima defesa.
- d) Pela graça; pela prescrição ou por erro na execução.
- e) Pelo abolitio criminis; pela inimputabilidade penal ou por indulto.

13. É punido na modalidade culposa o crime de

- a) peculato.

b) falsidade ideológica.

c) condescendência criminosa.

d) violação de sigilo funcional.

e) supressão de tributos mediante omissão de informação.

14. Quanto ao crime de estelionato, assinale a alternativa correta.

a) O estelionato na modalidade fraude para recebimento de indenização do seguro, crime de atividade formal, prescinde, para a consumação, da obtenção da vantagem ilícita em prejuízo alheio.

b) A pena aumenta-se de 1/3 (um terço), se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência, excluindo-se entidades autárquicas da Previdência Social que são regidas por lei própria.

c) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, antes do recebimento da denúncia, não obsta a propositura da ação penal.

d) Configura crime de estelionato na modalidade fraude no pagamento por meio de cheque sem provisão de fundos a cártula emitida para pagamento de dívida preexistente.

e) O estelionato culposos terá a redução da pena em até 1/3.

15. Com relação a crimes contra a honra, assinale a opção correta.

a) O crime de calúnia se consuma no momento em que o ofendido toma conhecimento da imputação falsa contra si.

b) Calúnia contra indivíduo falecido não se enquadra como crime contra a honra.

c) A exceção da verdade é admitida em caso de delito de difamação contra funcionário público no exercício de suas funções.

d) A retratação cabal do agente da calúnia ou da difamação após o recebimento da ação penal é causa de diminuição de pena.

e) O delito de injúria racial se processa mediante ação penal pública incondicionada.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

16. São requisitos cumulativos do privilégio, no crime de tráfico de drogas, exceto:

- a) não estar sendo processado por outro delito referente a essa lei.
- b) não se dedicar a atividades criminosas.
- c) não possuir maus antecedentes.
- d) não integrar organização criminosa.
- e) não ser reincidente.

17. Indique a alternativa que contém um erro relacionado à tutela penal dos crimes hediondos:

- a) A progressão de regime, no caso dos condenados pelos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- b) A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.
- d) Dar-se-á o livramento condicional para os condenados por crimes hediondos cumprido mais de dois terços da pena, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
- e) Consideram-se também hediondos os crimes de genocídio, tortura e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

18. Sobre as interceptações de comunicações telefônicas, marque a alternativa que apresenta regra expressa da Lei 9.296/96:

- a) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação.
- b) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido.

c) Deferido o pedido, as operadoras de telefonia conduzirão os procedimentos de interceptação, dando ciência à autoridade policial, que poderá acompanhar a sua realização.

d) Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao Ministério Público.

e) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, será feita nos próprios autos, porém, com o sigilo que a medida necessita.

19. A respeito das formas de violência contra a mulher, indique a alternativa que contém um trecho diverso do previsto na Lei Maria da Penha:

a) a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

b) a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

c) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que praticados mediante violência ou grave ameaça.

d) a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

e) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

20. A respeito dos crimes praticados no trânsito, assinale a alternativa em que a tipicidade formal está CORRETA:

- a) Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, independentemente de qualquer motivação.
- b) O crime de se afastar do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída, exige resultado naturalístico para fins de consumação.
- c) A embriaguez ao volante depende exclusivamente do álcool para fins de consumação.
- d) Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada.
- e) Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, é crime de perigo abstrato.

21. Ao receber ação penal para o processamento de crime de lavagem de valores, de acordo com a legislação especial que trata do assunto, o juiz de direito substituto atuará corretamente no caso de

- a) suspender o processo, mas determinar a produção antecipada de provas, caso o réu, citado por edital, não compareça aos autos nem constitua advogado.
- b) indeferir eventual pedido de declinação de competência do feito para a justiça federal quando somente a infração penal antecedente for de competência da justiça federal.
- c) emitir ordem, após o trânsito em julgado de ação de competência da justiça federal ou estadual, para que o valor constante da sentença penal condenatória e depositado judicialmente como medida assecuratória seja incorporado definitivamente ao patrimônio da União.
- d) suspender, após ouvir o Ministério Público, medida assecuratória de bens e valores sob o fundamento de que a execução imediata poderá comprometer as investigações.
- e) não receber a denúncia sob o fundamento de que a peça foi instruída com infração penal antecedente cuja punibilidade foi extinta.

22. De acordo com a Lei de Execução Penal, caso seja verificada a exigência de que o sentenciado cumpra medida além dos limites fixados na sentença, deverá ser instaurado o incidente

- a) de conversão da pena, que poderá ser provocado pelo Ministério Público.
- b) administrativo, que poderá ser suscitado por qualquer um dos órgãos que atuam na execução penal.
- c) de indulto individual, que poderá ser provocado pela autoridade administrativa.
- d) de excesso ou desvio, que poderá ser suscitado pelo sentenciado.
- e) de chamamento da execução à ordem, que poderá ser provocado pelo Ministério Público.

23. Determinado sujeito, maior e imputável, adquiriu em sítio da Internet vídeos com cenas de pornografia que envolviam adolescentes e os armazenou em seu computador. Posteriormente, transmitiu esses vídeos, por meio de aplicativo de mensagem instantânea, a dois amigos adolescentes.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar, de acordo com as disposições do ECA e com o entendimento do STJ, que o sujeito praticou

- a) condutas consideradas atípicas.
- b) duas condutas típicas, porém, em aplicação ao princípio da consunção, a primeira restou absorvida pela segunda.
- c) condutas que caracterizam dois crimes em continuidade delitiva.
- d) condutas que caracterizam dois crimes em concurso material.
- e) condutas que caracterizam dois crimes em concurso formal.

24. Sobre a progressão de regime de cumprimento de pena, é correto afirmar que

- a) o bom comportamento carcerário é comprovado pelo juiz mediante análise dos incidentes ao longo do processo de execução da pena.
- b) o reincidente precisa cumprir 2/3 da pena e realizar exame criminológico para progressão de regime.
- c) em caso de condenação por crime comum e por crime hediondo, a progressão de regime é regulada pelo lapso temporal do crime hediondo.
- d) nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, a progressão do regime fechado para o livramento condicional exige exame acerca da periculosidade do agente.
- e) a fração de pena a ser cumprida na segunda progressão de regime, do semiaberto para o aberto, é calculada sobre o restante de pena a cumprir, e não sobre a totalidade da pena.

25. Sobre a tipificação do abuso de autoridade, considere as afirmativas a seguir.

- I. Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- II. Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- III. Levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.
- IV. Proibir a comunicabilidade de pessoa presa com sua família, quando solicitada administrativamente.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. No que se refere ao tema intervenção corporal, provas e meios de obtenção de provas, assinale a alternativa correta:

- a) A busca pessoal em mulher sempre será feita por outra mulher, sob pena de abuso de autoridade.
- b) É ilícita a prova obtida por meio de revista íntima em estabelecimentos prisionais, por violar o direito à intimidade, mesmo quando realizada conforme as normas administrativas e houver fundada suspeita de tráfico.
- c) Assim como a busca domiciliar, a busca pessoal, em razão do direito à intimidade, sempre dependerá de mandado judicial.
- d) É ilícita a prova obtida através de busca pessoal em mulher realizada por policial masculino, por violar o direito à intimidade, quando comprovado que a presença de uma policial feminina para a realização do ato importará retardamento da diligência.
- e) Discute-se na doutrina se a busca pessoal (arts. 244 e 249 CPP) é uma espécie de intervenção corporal considerada pequena ou leve, havendo quem sustente que a referida medida sequer se enquadra como intervenção corporal.

27. Com relação à licitude do procedimento de busca e apreensão de celular por autoridade policial, assinale a opção INCORRETA:

- a) É indispensável autorização judicial para extração de dados e conversas registradas em aparelho celular apreendido no momento de prisão em flagrante, em caso de negativa do autuado.
- b) Se no momento da prisão em flagrante houver autorização voluntária e consciente do acusado, não há ilegalidade na análise do aparelho pelos policiais.
- c) É ilícito o acesso aos dados armazenados em celular apreendido após determinação judicial de busca e apreensão, salvo quando a decisão expressamente autorizar tal medida.
- d) Em se tratando de celular de propriedade de vítima morta, é legal a realização de perícia sem prévia autorização judicial se o aparelho tiver sido entregue a autoridade policial pelo cônjuge da vítima falecida.
- e) É ilícita a prova obtida pela polícia a partir da escuta coercitiva, por viva-voz, de conversa entre investigado e sua esposa, salvo se houver autorização judicial ou consentimento dos interlocutores.

28. Em relação ao tema nulidades em Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio do interesse aplica-se tanto às nulidades absolutas como às relativas.
- b) Tanto a falta da defesa quanto a sua deficiência, constituem nulidade absoluta, pois em ambos os casos há presunção de prejuízo para o réu.
- c) É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação ou em recurso de ofício.
- d) As nulidades relativas deverão ser arguidas nas razões de recurso, se verificadas após a decisão da primeira instância, ou, quando muito, logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.
- e) A falta e a nulidade da citação no processo penal são insanáveis.

29. Sobre o inquérito policial, segundo o Código de Processo Penal, tem-se o seguinte:

- a) É um procedimento que pode ser presidido tanto pelo delegado de polícia quanto pelo membro do Ministério Público, desde que, neste último caso, tenha sido este o órgão responsável pela investigação.
- b) Nos crimes em que não couber ação penal pública, o IP será encaminhado para o juízo competente, onde aguardará iniciativa do ofendido.
- c) A representação, no caso de ação penal pública condicionada, não pode ser apresentada por procurador com poderes especiais.
- d) A representação do ofendido é irretroatável após o recebimento da denúncia.
- e) O inquérito policial é um procedimento administrativo, de natureza acusatória, escrito e sigiloso.

30. Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta:

- a) O juiz presidente será ouvido nos pedidos de desaforamento quando não for ele o solicitante.
- b) O desaforamento ocorre necessariamente para a comarca mais próxima, onde inexistem os motivos ensejadores do pedido.

c) Poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de doze meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

d) Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, mesmo quando o julgamento for anulado.

e) Caso cessem os motivos que determinaram o desaforamento, a lei prevê a possibilidade de reaforamento, ou seja, o retorno do julgamento para a comarca de origem.

31. No que concerne à prisão em flagrante assinale a alternativa correta:

a) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, caso o atuado não informe o nome de seu advogado, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante para que haja nomeação de defensor dativo.

b) Pode ser realizada pela autoridade policial, violando domicílio e sem ordem judicial, a qualquer horário do dia ou da noite.

c) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos menores de 12 (doze) anos e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela atuada.

d) A Constituição da República Federativa do Brasil prevê a incomunicabilidade do preso durante o estado de defesa.

e) Se o réu se livrar solto, deverá a autoridade policial encaminhar o auto à autoridade judiciária no prazo legal com a solicitação para que seja o preso posto em liberdade.

32. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

- a) Estando o acusado no estrangeiro, será citado por hora certa.
- b) Em caso de revelia do acusado regularmente citado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados na denúncia.
- c) As intimações dos defensores públicos nomeados pelo juízo devem ser realizadas mediante publicação nos órgãos incumbidos da publicidade dos atos judiciais da comarca, e não os havendo, pelo escrivão, por mandado ou via postal.
- d) Efetuada a citação do acusado por edital, terá esse o prazo de dez dias para apresentar resposta à acusação, contados do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- e) A citação do réu preso poderá ser cumprida na pessoa do procurador por ele constituído na fase policial.

33. A respeito das medidas cautelares diversas da prisão, assinale a alternativa correta:

- a) A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.
- c) A internação provisória exige laudo, indicando a inimputabilidade do agente e risco de reiteração, mas não que os crimes sejam praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.
- d) É vedada a cumulação da fiança com outras medidas cautelares.
- e) Na audiência de custódia é obrigatória a presença e oitiva do acusado e dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação.

34. A autoridade policial, após determinar a instauração de inquérito policial, constata que a punibilidade estava extinta em razão da prescrição. Nessa situação,

- a) Não há instrumento processual capaz de trancar o inquérito policial.
- b) É cabível recurso de apelação com o objetivo de trancar o inquérito policial, mas somente após a decisão que recebe a denúncia.
- c) Poderá ser impetrado mandado de segurança para trancar o inquérito policial.
- d) Deve a autoridade policial mandar arquivar os autos de inquérito policial.
- e) Poderá ser impetrado habeas corpus com o objetivo de trancar o inquérito policial.

35. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado:

- a) Deve o representante do Ministério Público requerer seja decretada sua revelia.
- b) Será considerado foragido, devendo o Magistrado decretar sua prisão preventiva.
- c) Deve o Magistrado suspender o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ainda determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- d) Deve o Magistrado determinar o regular prosseguimento do feito, nomeando um advogado dativo para fazer a defesa do acusado.
- e) Ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.

36. Acerca da fiança, assinale a alternativa correta:

- a) Será de 1 a 100 salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- b) A depender da situação econômica do preso, poderá ser aumentada em até 100 (cem) vezes.
- c) Nos crimes hediondos ou equiparados é vedada a concessão de fiança ao autuado, mas não será proibido o deferimento de liberdade provisória.
- d) O não comparecimento aos atos do processo, quando regularmente intimado e sem motivo justo, é causa de quebra da fiança, cuja declaração independe de decisão judicial.

e) Julgar-se-á perdida a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

37. Considerando-se entendimento do STJ, é correto afirmar que:

a) É competente a justiça estadual do local da apreensão para julgar crime de tráfico internacional de drogas, no caso de ter sido utilizada a via postal para remessa do exterior.

b) É competente a justiça comum estadual para processar e julgar crime em que indígena figure como autor da infração, mas não quando figurar como vítima.

c) É competente a justiça comum estadual para processar e julgar crime de contrabando, quando não houver indício de transnacionalidade na conduta delitiva.

d) É competente o juízo federal para o processamento e o julgamento dos crimes conexos (de competência federal e estadual), independentemente da pena prevista para cada um dos delitos.

e) É competente o juízo federal para o processamento e o julgamento de crime de roubo perpetrado contra agência franqueada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

38. Quanto ao exame de corpo de delito, assinale a alternativa INCORRETA, segundo o quanto previsto no Código de Processo Penal:

a) Se dará prioridade à sua realização quando se tratar de crime que envolva violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

b) O exame de corpo de delito poderá ser feito durante o dia ou, somente com autorização judicial, no período noturno.

c) O juiz ou a autoridade policial pode negar a perícia requerida pelas partes.

d) Poderá ser suprido por prova testemunhal quando desaparecerem os vestígios e não for possível sua realização.

e) É indispensável quando a infração deixar vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

39. Sobre princípios no processo penal, assinale a alternativa correta:

a) Não vigora no processo penal brasileiro o princípio da identidade física do juiz.

b) Em atendimento ao princípio da legalidade, no processo penal brasileiro são inadmissíveis provas não previstas expressamente no CPP.

c) A soberania dos veredictos é um princípio que socorre tão somente aos jurados, ao conselho de sentença.

d) Para o recebimento da acusação formal, não se aplica o *in dubio pro societate*.

e) É nula a sentença condenatória fundamentada exclusivamente em elementos colhidos em inquérito policial, uma vez que não se aplicam os princípios do contraditório e ampla defesa na fase pré-processual.

40. Quanto à suspeição, assinale a alternativa correta:

a) Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de 5 (cinco) dias.

b) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

c) As hipóteses de suspeição do juiz estão elencadas taxativamente no Código de Processo Penal, não se admitindo interpretação extensiva dessa lista.

d) Não poderá ser arguida a suspeição dos funcionários da justiça.

e) Não concordando o juiz com a oposição da sua suspeição, deverá aplicar o art. 28 do Código de Processo Penal por analogia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. À luz das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, afirma-se que

a) a empresa pública e a sociedade de economia mista que não se configurem como empresas estatais dependentes devem obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) a operação de antecipação de receita orçamentária destina-se a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito.

c) a dívida pública fundada alcança o montante total, apurado, sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

d) as despesas autorizadas em Lei e contraídas antes dos dois quadrimestres do término do mandato do titular do poder ou órgão a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal não podem ser inscritas em restos a pagar, ainda que haja disponibilidade de caixa suficiente para cobri-la.

e) os repasses de recursos do Poder Executivo Estadual para os Poderes Legislativo Estadual e Judiciário são considerados como transferências voluntárias.

42. São hipóteses que representam o exercício do controle político do Poder Legislativo sobre a Administração Pública, exceto:

a) a competência para apuração de irregularidades pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

b) a competência para o controle de legitimidade das despesas, que, a despeito da sua legalidade, não atendam a ordem de prioridade estabelecida no plano plurianual.

c) a competência do Congresso para apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

d) a competência do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

e) a competência do Senado Federal para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

43. I - A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.

II - A moralidade, como elemento integrante do mérito do ato administrativo, não pode ser aferida pelo Poder Judiciário em sede de controle dos atos da Administração Pública.

III - Todos os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

IV - Os atos administrativos discricionários praticados por agentes incompetentes podem ser revogados.

V - O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

De acordo com a teoria dos atos administrativos e com a Lei Federal n. 9784/99 em sua redação atual, estão corretas:

a) Apenas as assertivas II, III e V.

b) Apenas as assertivas I, III e V.

c) Apenas as assertivas I, II, IV e V.

d) Apenas as assertivas I e V.

e) Todas as assertivas.

44. Sobre acumulação de cargos públicos, está CORRETA a seguinte proposição:

a) Constituição Federal prevê algumas hipóteses nas quais autoriza a acumulação remunerada de cargos públicos, empregos e funções, tendo o Supremo Tribunal Federal firmado entendimento de que a acumulação indevida, desde que o servidor não esteja percebendo a remuneração de um dos cargos, toma-se legal.

b) Não havendo compatibilidade de horários entre cargos passíveis de acumulação e o servidor percebendo a remuneração correspondente ao exercício dos dois cargos, não deve restituir ao erário as importâncias percebidas, uma vez que a remuneração decorre do esforço despendido no trabalho realizado, em vista do princípio da boa-fé e do locupletamento indevido.

c) Sendo um cargo de professor e outro técnico ou científico, a jurisprudência firmou o entendimento de que o cargo técnico deve conter a indicação da respectiva designação em sua nomenclatura, ou seja, deve ser intitulado como técnico e apresentar, como requisito de investidura fixado em lei, a conclusão de nível superior.

d) A única hipótese em que a Constituição Federal possibilita ao servidor público optar pela remuneração é quando se encontra investido no mandato de Prefeito; porém, essa mesma norma constitucional determina seu afastamento do cargo, emprego ou função.

e) A única hipótese em que a Constituição Federal admite que o servidor público possa perceber as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que presente a compatibilidade de horários, é quando investido no mandato de Vereador.

45. Dadas as assertivas que seguem sobre bens públicos, assinale a alternativa correta.

I. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são imprescritíveis, impenhoráveis e também inalienáveis enquanto conservarem a respectiva qualificação. Os bens públicos dominicais embora também tenham por atributos a impenhorabilidade e a imprescritibilidade, podem ser alienados, desde que observadas as exigências da lei.

II. Conquanto as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinem-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e

dos lagos nelas existentes, elas pertencem todas à União Federal, ostentando a natureza de bens de uso especial.

III. No regime da Constituição Federal brasileira, todas as terras devolutas existentes no território nacional pertencem à União, admitida a cessão aos Estados e aos Municípios, desde que não se trate de imóveis situados na faixa de fronteira.

IV. As ilhas fluviais e lacustres situadas nas zonas limítrofes com outros países incluem-se entre os bens da União; as demais ilhas fluviais e lacustres pertencem aos Estados.

V. O ajuizamento de ação contra o foreiro, na qual se pretende usucapião do domínio útil do bem, não viola a regra de que os bens públicos não se adquirem por usucapião, prevista no artigo 183, § 3º, da Constituição Federal.

a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

c) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.

d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.

e) Estão corretas todas as assertivas.

46. Acerca da estruturação da Administração Pública, das alternativas abaixo qual contém impropriedades conceituais?

a) Sob a ótica da personalidade jurídica, além do Poder Executivo, a Defensoria Pública, os Poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público e os Tribunais de Contas podem ser considerados integrantes da Administração Pública Direta.

b) Os serviços públicos são descentralizados por meio da administração indireta, também podendo ocorrer mediante atuação dos chamados concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos.

c) Autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas carecem de lei específica para sua existência, passando a deter personalidade jurídica própria, bem assim autonomia administrativa e gerencial, submetidas a mecanismos de controle exercidos pela Administração Pública Direta.

d) É possível a existência de sócios ou acionistas privados nas sociedades de economia mista, sendo inadmissível o ingresso de capital privado na composição patrimonial das empresas públicas. Por outro lado, a imunidade recíproca prevista no Texto Constitucional Federal é extensiva apenas às empresas públicas, em igualdade de tratamento concedido às autarquias e fundações públicas.

e) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, seus bens são submetidos ao regime jurídico dos bens particulares, seus quadros funcionais são preenchidos por agentes públicos celetistas e não podem submeter-se à chamada recuperação judicial, recuperação extrajudicial e à falência.

47. Acerca das agências reguladoras, assinale a alternativa correta:

a) O processo decisório das agências reguladoras dispensa a indicação de pressupostos de fato e de direito que determinaram suas decisões.

b) A autonomia garantida às agências reguladoras passa pela não fiscalização por parte do Tribunal de Contas.

c) Aos dirigentes das agências reguladoras é assegurado estabilidade durante os mandatos, não sendo passíveis de demissão ad nutum.

d) São caracterizadas pela existência de um contrato de gestão celebrado por seus administradores e a Administração Direta.

e) É vedada a edição de atos normativos conjuntos entre duas ou mais agências reguladoras em lei.

48. Sobre o procedimento de pré-qualificação na realização das licitações públicas, assinale a alternativa correta:

a) Trata-se de procedimento não previsto na Lei Federal nº 8.666/93, mas previsto na Lei Federal nº 12.462/11, que dispõe sobre o Regime Diferenciado de Contratações.

b) É procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, possível de ser realizado em concorrências e tomadas de preços, desde que o objeto a ser licitado recomende análise mais detida da qualificação técnica dos interessados.

c) No procedimento do Regime Diferenciado de Contratações, é vedada a existência de pré-qualificação permanente.

d) No âmbito da Lei Federal nº 8.666/93, é procedimento aplicável apenas em concorrências e enfoca, principalmente, a qualificação técnica dos interessados.

e) É previsto na Lei nº 10.520/00, aplicando-se na realização de pregões presenciais e eletrônicos.

49. Examine as proposições abaixo, concernentes à "desapropriação", e assinale a alternativa correta:

I. Sujeito ativo é a pessoa à qual é deferido, nos termos da Constituição e legislação ordinária, o direito objetivo de expropriar.

II. Sujeito passivo da desapropriação é o expropriado, que pode ser pessoa física ou jurídica, pública ou privada.

III. Os pressupostos da desapropriação, conforme a Constituição, são a necessidade e a utilidade pública.

IV. Todos os bens poderão ser desapropriados, incluindo coisas móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, públicas ou privadas.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Todas as proposições estão incorretas.

c) Somente as proposições II e IV estão corretas.

d) Somente a proposição IV está correta.

e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

50. Uma empresa privada foi contratada pela União para construir um prédio, onde irá funcionar órgão público. No entanto, durante a execução da obra, um andaime caiu sobre um carro estacionado nas imediações. Após a perícia, verificou-se que o servidor público responsável pelo acompanhamento do contrato não estava no local na hora do acidente.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz do instituto da responsabilidade civil do Estado.

a) Como se trata de contrato de obra pública, a responsabilidade civil será subjetiva e, em um primeiro momento, apenas da construtora contratada pela execução da obra, sem que a conduta do servidor exclua ou reduza essa responsabilidade.

b) De acordo com a legislação de regência e com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil da União será objetiva.

c) A responsabilidade civil da União será subjetiva, pois houve omissão do agente público no acompanhamento da obra.

d) A ação de reparação civil, na hipótese, sob o fundamento da responsabilidade civil objetiva da União, caberá diretamente contra a União e o servidor.

e) A denúncia do servidor à lide, pela União, é obrigatória, sob pena de perda do direito de regresso.

51. O Estado pode se associar ao terceiro setor por meio de diversos ajustes, cada qual com nomenclatura e características próprias. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta:

a) O acordo de cooperação é o vínculo adequado para ser firmado parcerias com organização da sociedade civil que não envolva transferência de recursos financeiros.

b) O termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas parcerias com organizações da sociedade civil por propostas vindas da administração pública.

c) Contrato de gestão é o nome do vínculo firmado entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil de interesse público.

d) O marco regulatório das organizações da sociedade civil expressamente qualifica como convênio todas as

formas de aproximação entre o Estado e aquelas entidades.

e) Termo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas parcerias com organizações da sociedade civil por propostas vindas das próprias entidades.

52. Após a realização de uma licitação específica, o órgão federal, responsável pelo poder concedente, adjudicou o objeto do certame à concessionária. Assinado o termo de concessão e passado um ano, o órgão regulador verificou que não foram realizados os investimentos de manutenção previstos para o período, restando o bem público em estado lamentável de má-conservação. Considerando a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deve o órgão regulador

a) instaurar processo administrativo para verificar a caducidade do contrato.

b) instaurar processo administrativo para rescindir o contrato de concessão, na forma do art. 35, IV, da referida Lei.

c) instaurar processo administrativo para anulação do contrato.

d) declarar a caducidade do contrato, de imediato.

e) encampar a concessão, de imediato.

53. Analise as afirmações a seguir e marque V ou F, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

() Além do Poder Executivo, as atividades administrativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, que são atividades de apoio para o exercício de suas próprias funções, se regem pelo Direito Administrativo.

() O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é da essência de qualquer Estado; já o princípio da legalidade é específico do Estado de Direito.

() O princípio da razoabilidade implica para a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato.

() Os princípios do devido processo legal e da ampla defesa estão consagrados no art. 5º, XLV e LV, da Constituição Federal e exigem que haja um processo formal e regular para que sejam atingidas a liberdade e a propriedade de quem quer seja. É a necessidade de que a Administração Pública ofereça ao administrado a oportunidade de contraditório e de defesa, antes de tomar decisões que lhe são contrárias.

() Sobre o princípio da moralidade administrativa, a Administração e seus agentes têm de atuar em conformidade com princípios éticos, com sinceridade, lealdade e boa-fé.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V - F - F - F - V
- b) F - V - V - V - V
- c) V - V - F - V - V
- d) F - F - V - V - V
- e) V - V - V - F - F

54. O princípio da Adjudicação Compulsória, que rege as licitações, significa que:

- a) o objeto da licitação será sempre atribuído ao vencedor;
- b) a compulsoriedade veda que se inicie nova licitação com o mesmo objeto;
- c) a compulsoriedade da adjudicação é expressão equívoca, haja vista o instituto da revogação;
- d) o direito subjetivo à adjudicação compulsória só encontra óbice na desclassificação da proposta.

e) a Lei 8.666/93 prevê expressamente a adjudicação enquanto princípio aplicável às licitações.

55. De acordo com a Lei Federal n 12.527/2011 – Lei de Acesso à informação, assinale a alternativa correta:

a) as informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

b) no caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

c) a revisão da classificação de informações ultrassecretas e secretas, mediante provocação, deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 anos.

d) Caso haja extravio da informação solicitada, o responsável pela guarda dessa informação deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem a alegação.

e) não sendo possível conceder o acesso imediato à informação, o órgão ou entidade que recebeu o pedido deverá, no prazo de 20 dias, prorrogáveis por igual período, indicar as razões de fato ou direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

56. A improbidade administrativa é objeto da Lei Federal nº 8.429/92. Acerca dessa norma, assinale a afirmativa falsa.

- a) Para os efeitos da Lei nº 8.429/92, reputa-se agente público todo aquele que exerce funções apenas em entidades da Administração Direta, não alcançando pessoas que funções fora da Administração Direta.
- b) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou o terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito ao ressarcimento do dano, até o limite do valor da herança.
- d) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, do agente ou de terceiros, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- e) Incorre em improbidade administrativa a pessoa que mesmo não sendo agente público induza ou concorra para a prática do ato danoso ou dele se beneficie.

57. De acordo com a Lei Federal Nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

- a) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- b) O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada de decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- c) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 15 dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- d) Os processos administrativos de que resultem sanções somente poderão ser revistos a pedido, a qualquer tempo, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- e) São vedados os pedidos de uma pluralidade de interessados que tiverem conteúdos e fundamentos idênticos formulados em um único requerimento.

58. Hely Lopes Meirelles afirma que “Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”.

Nos Estados modernos, as polícias administrativas atuam sobre atividades particulares que afetam ou possam afetar os interesses da coletividade. São exemplos de polícias administrativas, EXCETO:

- a) Polícia Sanitária.
- b) Polícia do Exército.
- c) Polícia Florestal.
- d) Polícia de Trânsito.
- e) Polícia Ambiental.

59. Um ato administrativo - ato jurídico que decorre do exercício da função administrativa, sob um regime jurídico de direito público - pode ser invalidado mediante anulação, revogação e convalidação. Nesse sentido, verifica-se que a convalidação de um ato administrativo consiste em

- a) ato produzido pela Administração Pública, para suprir vícios sanáveis em um ato ilegal, com efeitos retroativos ao momento de sua expedição, em decisão na qual se evidencie não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- b) extinção do ato administrativo discricionário, por questão de mérito, feita pela Administração Pública, preservando os efeitos produzidos no passado (efeitos *ex nunc*).
- c) extinção do ato administrativo por motivo de ilegalidade, feita pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, produzindo uma eficácia retroativa (efeitos *ex tunc*).
- d) submissão a um regime jurídico de direito público de presunção de legitimidade (conformidade do ato com o ordenamento), veracidade (presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração), imperatividade e autoexecutoriedade.
- e) vinculação, quando a lei estabelece que, perante certas condições, a Administração deve agir sem liberdade de escolha e na discricionariedade, quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão de modo que a

autoridade poderá escolher, segundo critérios de conveniência e oportunidade, qual o melhor caminho para o interesse público.

60. Hely Lopes Meirelles define poder disciplinar "a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração". Assim, tem-se como característica do poder disciplinar a(o):

- a) dispensa de motivação da punição disciplinar.
- b) aplicação de pena com a mesma natureza da punição criminal.
- c) distribuição e o escalonamento das funções executivas da Administração Pública.
- d) possibilidade de aplicação da punição disciplinar, sem prejuízo da punição criminal.
- e) princípio da pena específica, sem margem de discricionariedade ao aplicador da pena.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. A respeito do conceito, formação, fontes e relações com outros ramos do Direito, indique a única afirmativa correta a respeito do Direito Constitucional.

- a) A Constituição Federal embora seja a fonte suprema do Direito Constitucional, não é a única. Doutrina e jurisprudência também produzem, ainda que de modo acessório, normas jurídicas destinadas à organização do Estado. Entretanto, a partir do constitucionalismo moderno, momento em que foi consagrado o modelo de constituições escritas, não mais se admitiu o costume como fonte do Direito Constitucional.
- b) A palavra Constituição é recente, surgiu entre os Séculos XVI e XVII, após as Guerras Religiosas. Todavia, desde a Antiguidade, tem-se a ideia de Constituição (concepção de organização de uma sociedade), mesmo sem leis escritas, como foi o caso dos Hebreus, por exemplo, que buscavam nas tábuas dos mandamentos e na orientação dos profetas as normas de sua organização.
- c) Ferdinand Lassalle, precursor da social democracia alemã, defendeu ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.

d) De acordo com o sentido Jurídico idealizado por Hans Kelsen, a Constituição consiste num sistema de normas jurídicas que regulam outras normas e dão validade a todo o ordenamento jurídico. A validade do Direito posto, nessa concepção jurídica, prima pela aceitação de valores sociais e morais de uma comunidade.

e) As normas da atual Constituição brasileira são materialmente e formalmente constitucionais.

62. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.
- d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.
- e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

63. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

- a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.
- b) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
- c) A Atual Constituição brasileira, quanto à estabilidade, é classificada como semirrígida, em razão de conter cláusulas pétreas em seu texto, que não podem ser abolidas nem mesmo por emenda.
- d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.
- e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

64. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

- a) "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (art. 5º, inciso III, da CF).
- b) "Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos" (art. 230, § 2º, da CF).
- c) "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens" (art. 5º, XV, da CF).
- d) "A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública" (art. 88 da CF).
- e) "O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas" (art. 218 da CF).

65. A respeito do poder derivado reformador, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

66. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.
- c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

67. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário deverá guardar proporcionalidade (se 35% de mulheres, 35% do Fundo e assim por diante).
- b) A reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos para negros contida na Lei 12.990/2014, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, é compatível com o princípio da

igualdade material, uma vez que fundada na superação do racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira. Para o Tribunal, a referida lei não se aplica apenas ao Executivo, mas a toda a Administração Pública (federal, estadual e municipal) quer seja no âmbito do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público ou das Forças Armadas.

- c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.
- e) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.

68. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

69. Acerca das ações constitucionais, dos direitos e garantias fundamentais e da ordem social, assinale a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito à gratuidade da tarifa de transporte público dos idosos maiores de 65 anos é norma constitucional de eficácia limitada, de modo que sua aplicabilidade só se deu após a entrada em vigor do estatuto do idoso.

b) A utilização de lugares abertos ao público para o exercício do direito de reunião está condicionada aos seguintes requisitos: fim pacífico; ausência de armas; prévia autorização do Poder Público e não frustração de outra reunião previamente agenda para o mesmo dia, lugar e horário.

c) Cabe habeas corpus para impedir a quebra de sigilo de dados em processo judicial criminal.

d) O habeas corpus é medida idônea para fazer cessar, no processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, ofensa ao devido processo legal.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional.

70. Dentre os direitos sociais abaixo, indique a alternativa que contém aquele que não foi estendido pela Constituição Federal, expressamente, ao trabalhador doméstico:

a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

b) Fundo de garantia do tempo de serviço.

c) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

d) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

71. No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção

federal nos estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.

c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com estados e Distrito Federal, não está expressa Na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.

d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.

e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

72. A Emenda Constitucional 103/2019 fez profundas reformas no regime de previdência dos servidores públicos. A respeito desse assunto, considerando o disposto no texto constitucional, indique a única alternativa INCORRETA:

a) O regime próprio de previdência social dos servidores será custeado não apenas por contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, mas também por contribuição de aposentados e de pensionistas, uma vez que seu caráter é solidário.

b) Se o servidor público efetivo for acometido de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, será aposentado. Nessa hipótese, será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

c) O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

d) No regime próprio de previdência aplicável aos servidores públicos, os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo e nem superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social.

e) A Constituição Federal veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, exceto servidores com deficiência, os ocupantes de cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial, os servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde e os ocupantes do cargo de professor.

73. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.

b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.

c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.

d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.

e) Nas últimas eleições, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Ceará corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

74. Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

a) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar as leis à publicação. Caso deixe ultrapassar o prazo de quinze dias úteis e não se manifeste expressamente a respeito do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, seu silêncio implicará em sanção. Na situação, a próxima etapa será a promulgação da lei, que será feita pelo Presidente do Senado, na hipótese de o Presidente da República deixar transcorrer o prazo de 48 horas sem agir.

b) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.

c) Não se admite a votação de projeto de lei e de propostas de emenda à Constituição em comissão. Tais proposições somente poderão ser votadas no Plenário.

d) O instituto da iniciativa popular consagrado no artigo 14 da Constituição Federal só tem aplicação no processo legislativo federal e guardadas as exigências contidas no artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Maior.

e) Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.

75. Com relação à organização dos poderes, à Luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da redação da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

a) Conquanto as comissões parlamentares de inquérito (CPI) possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a CPI municipal não tem a prerrogativa para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados, porque município não tem Poder Judiciário.

b) Uma legislatura corresponde a um período de quatro anos. As sessões legislativas no âmbito federal acontecem no período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro. Durante o recesso parlamentar, a contagem do prazo de validade da medida provisória fica suspensa.

c) Deputados e senadores têm sistema diferente de eleição. Os deputados são eleitos em conformidade com o sistema proporcional; já os senadores pelo sistema majoritário. Assim, será eleito deputado o candidato mais votado nas urnas de seu respectivo Estado.

d) Conquanto a Constituição Federal fixe a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar deputados federais e senadores por crime de responsabilidade, o foro por prerrogativa de função, segundo o STF, está limitado a crimes praticados no exercício do mandato e na qualidade de parlamentar.

e) em razão do sistema presidencialista de governo adotado no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Pelo fato de ser Chefe de Estado, possui imunidade formal que impede a sua prisão, salvo se em decorrência de sentença criminal condenatória.

76. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação

seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

77. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

78. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da advocacia –geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

79. Acerca da organização e competência do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, assinale a opção correta.

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente a ação popular contra ato do Presidente da República.

b) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.

c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a abusividade no exercício do direito de greve praticado por servidores públicos celetistas.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

e) Compete à Justiça Federal processar e julgar o litígio entre a União e o Estado da Paraíba, uma vez que não

há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

80. Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.

e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

DIREITO CIVIL

81. Serão averbados em registro público, exceto:

a) as sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento.

b) as sentenças que decretarem o restabelecimento da sociedade conjugal.

c) os atos judiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

d) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

e) os atos extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

82. No que se refere aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- c) Ainda que haja exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) A divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, em qualquer caso, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.
- e) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, de ofício, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

83. Com relação ao domicílio das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal.
- b) O domicílio dos Estados e Territórios é o lugar das respectivas capitais.
- c) O domicílio das pessoas jurídicas será determinado unicamente pelo lugar onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- d) Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- e) Se a administração, ou diretoria da pessoa jurídica, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

84. Acerca dos bens, é correto afirmar:

- a) Bens tangíveis são aqueles com existência abstrata e que não podem ser tocados pela pessoa humana.
- b) Bens infungíveis são os bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Bens de uso geral são os bens públicos que constituem patrimônio disponível e alienável da pessoa jurídica de Direito Público, abrangendo tanto móveis quanto imóveis.
- d) Pertencas são bens destinados a servir um outro bem principal, por vontade ou trabalho intelectual do proprietário.
- e) Produtos são bens acessórios que têm sua origem no bem principal, mantendo a integridade desse último, sem a diminuição da sua substância ou quantidade.

85. De acordo com o art. 189 do CC, violado um direito, nasce para o seu titular uma pretensão, que pode ser extinta pela prescrição, nos termos dos seus arts. 205 e 206. Sobre a prescrição, é correto afirmar:

- a) A pretensão indenizatória decorrente do inadimplemento contratual sujeita-se ao prazo prescricional decenal, se não houver previsão legal de prazo diferenciado.
- b) A pretensão indenizatória decorrente responsabilidade civil extracontratual sujeita-se ao prazo prescricional decenal, se não houver previsão legal de prazo diferenciado.
- c) Prescreve em três anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- d) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- e) Prescreve em dois anos a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.

86. Quanto à solidariedade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.
- b) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.
- c) O credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- d) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, encerra, para todos os efeitos, a solidariedade.
- e) O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.

87. Trata-se de sub-rogação convencional, quando o:

- a) credor que paga a dívida do devedor comum.
- b) adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel.
- c) o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
- d) terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- e) o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor.

Gabarito: C

Comentários: A alternativa A está incorreta, conforme o art. 346, I: "A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: I - do credor que paga a dívida do devedor comum;"

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 346, II: "A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: (...) II - do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a

credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel;"

A alternativa C está correta, consoante art. 347, I: "A sub-rogação é convencional: (...) I - quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos;"

A alternativa D está incorreta, segundo art. 346, III: "A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: (...) III - do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte."

A alternativa E está incorreta, de acordo com o art. 350: "Na sub-rogação legal o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor."

88. João dirigia seu carro quando colidiu com o pedestre José, o qual sofreu graves ferimentos que o impossibilitaram de trabalhar durante vários dias. Logo em seguida ao acidente, foi realizado "teste do bafômetro" em João, no qual foi verificada a presença de 0,90 mg/l (noventa miligramas de álcool por litro de ar). Posteriormente ao ocorrido, José ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra João. Diante do narrado, assinale a alternativa correta:

- a) O descumprimento das normas de trânsito não tem o condão de repercutir na responsabilização civil do infrator.
- b) A responsabilidade extracontratual advinda do acidente de trânsito não é capaz de pressupor uma conduta culposa.
- c) A condução de veículo em estado de embriaguez, por si só, não representa o descumprimento do dever de cuidado e de segurança no trânsito.
- d) A fim de se identificar a conduta imprudente, negligente ou inábil dos agentes que atuam no trânsito, revela-se dispensável analisar quais são os comportamentos esperados e mesmo impostos àqueles, estabelecidos nas normas de trânsito, especificadas no CTB.
- e) Em ação destinada a apurar a responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito, presume-se culpado o condutor de veículo automotor que se encontra em estado de embriaguez, cabendo-lhe o ônus de comprovar a ocorrência de alguma excludente do nexo de causalidade.

89. Não constituem atos ilícitos, exceto:

- a) estrito cumprimento de dever legal.
- b) estado de necessidade.
- c) remoção de perigo iminente.
- d) legítima defesa.
- e) exercício regular de direito.

90. O contrato de compra e venda é:

- a) oneroso, sinalagmático, comutativo, real, informal.
- b) oneroso, sinalagmático, comutativo, consensual, formal ou informal.
- c) oneroso, unilateral, comutativo, consensual, formal.
- d) benéfico, sinalagmático, aleatório, consensual, formal ou informal.
- e) oneroso, sinalagmático, aleatório, real, formal.

MEDICINA LEGAL

91. Peritos oficiais são aqueles que estão investidos no cargo, após a aprovação em concurso público, para realização de perícias em geral. Não são nomeados pelo Juiz ou outra autoridade administrativa e prestam o compromisso uma única vez, quando da investidura no cargo. Assinale a alternativa incorreta com relação aos peritos:

- a) Há entendimento sumulado pelo STF de que a ausência de dois peritos não oficiais gera nulidade do exame pericial.
- b) Em alguns casos, para realização de determinadas perícias, são nomeados peritos não oficiais pelo Juiz ou por autoridade administrativa.
- c) Na falta de perito oficial o exame deverá ser feito por três peritos nomeados, a serem escolhidos pelo juiz, desde que possua diploma em curso superior em qualquer área.
- d) Tanto as partes como o Ministério Público e o assistente de acusação podem indicar assistente técnico.
- e) É possível a determinação da condução coercitiva do perito caso não compareça sem justa causa.

92. A identificação judiciária ou policial é realizada com base em documentos, anotações e depoimentos, sem realização de perícia médico-legal. Visando não só a identificação civil como a identificação de criminosos. Sobre este assunto assinale a alternativa correta:

- a) O retrato falado é um importante meio de prova utilizado atualmente.
- b) A impressão digital se forma nos primeiros meses de vida extrauterina, permanecendo inalterada durante toda a vida.
- c) Há quatro características nas impressões digitais que as fazem ideais como meio de identificação: imutabilidade, classificabilidade, variabilidade e perenidade.
- d) Impressão digital latente não precisa de técnica especializada para ser visualizada.
- e) Gêmeos univitelinos possuem a mesma impressão digital.

93. Acerca das lesões perfuro-contusas provocadas por projéteis de arma de fogo, assinale a alternativa correta.

- a) O sinal de Puppe-Werkgaertner é a zona de esfumaçamento em superfície óssea onde o projétil penetrou.
- b) A orla de Fisch é uma zona escura, mais interna, formada pela sujeira dos resíduos do projétil que ficam impregnados na borda do ferimento de entrada.
- c) Nas lesões ocasionadas por disparos à longa distância serão observadas: orlas de escoriação, de enxugo e equimótica, bem como as zonas de tatuagem, de esfumaçamento e de chamuscamento.
- d) O tronco de cone de Bonnet é uma marca existente no caso de tiro transfixante na cabeça. Possui relevância para a perícia, pois indica a entrada e saída do projétil, quando houver osso, possibilitando ainda indicar a distância.
- e) Em casos de disparo com o cano encostado em um lugar com osso, como por exemplo o crânio, os gases não terão para onde ir e irão estufar a pele até estourar formando um buraco com a pele virada para fora (pele evertida-banana descascada), a que se dá o nome de "câmara ou boca de mina de Hoffman".

94. Dentre os sinais externos característicos das asfixias mecânicas podem estar presentes, exceto:

- a) Congestão polivisceral.
- b) Cogumelo de espuma.
- c) Cianose da face.
- d) Livor cadavérico.
- e) Projeção da língua para fora da boca.

Gabarito: A

Comentários: Dentre as alternativas, somente a congestão polivisceral não é um sinal externo das asfixias mecânicas, mas sim um sinal interno, assim como as equimoses viscerais e o sangue fluído.

95. Toxicomania é definida pela Organização Mundial da Saúde como um estado de intoxicação periódica ou crônica, nociva ao indivíduo ou à sociedade, produzida pelo repetido consumo de uma droga natural ou sintética. Sobre este assunto assinale a alternativa incorreta sobre os diferentes tipos de drogas.

- a) As drogas psicodélicas compreendem: os hipnóticos, hipnosedativos ou noolépticos; os neurolépticos ou timolépticos e os tranquilizantes ou atarácicos.
- b) A morfina é um alcaloide sintético, derivado do ópio, que age sobre o sistema nervoso central, por uma combinação de efeitos depressores e estimulantes.
- c) As drogas psicoanalépticas são substâncias que estimulam o sistema nervoso central, aumentando a vigília, causando insônia. Também, causam excitação na atividade intelectual e exaltam a tensão emocional levando à euforia e ansiedade.
- d) Dentre os efeitos da cocaína estão a excitação, a euforia, o emagrecimento, os delírios de perseguição e a impotência..
- e) A maconha é uma droga psicodélica que dentre suas consequências estão a alteração da memória, a ansiedade, a boca seca, a alteração do senso de percepção e os olhos avermelhados .

96. Os fenômenos abióticos, também chamados de avitais ou vitais negativos, se dividem em: imediatos, que são aqueles que se apresentam devido à cessação das funções vitais; e os consecutivos (mediatos), que surgem

em decorrência da instalação dos fenômenos cadavéricos, e são de origem química, física e estrutural. Assinale a alternativa que contém um fenômeno abiótico imediato:

- a) Perda do tônus muscular.
- b) Algor mortis.
- c) Livor mortis.
- d) Desidratação cadavérica .
- e) Rigor mortis.

97. Ao tratarmos sobre os fenômenos cadavéricos transformativos destrutivos observamos quatro períodos que ocorrem na putrefação são eles:

- a) Período cromático – Período enfisematoso – Período de liquefação – Período de mumificação
- b) Período de saponificação – Período de corificação – Período de calcificação – Período de mumificação.
- c) Período de coloração – Período gasoso – Período coliquativo - Período de esqueletização
- d) Período de autólise – Período de maceração – Período de coloração – Período de esqueletização.
- e) Período de saponificação – Período de maceração – Período de liquefação – Período de esqueletização.

98. Assinale a alternativa que apresenta duas características típicas do sulco no pescoço em casos de enforcamento:

- a) Horizontal / Geralmente único.
- b) Profundidade uniforme / Disposição oblíqua.
- c) Abaixo da cartilagem da tireóide / Descontínuo.
- d) Descontínuo / Oblíquo ascendente.
- e) Acima da cartilagem da tireóide / Múltiplo.

99. As feridas incisas possuem bordas lisas e regulares e há hemorragia abundante. Sobre o assunto assinale a alternativa incorreta:

- a) A decapitação é um ferimento inciso que causa a separação entre a cabeça e o tronco.
- b) O esgorjamento é um ferimento inciso na parte anterior do pescoço.
- c) O sinal de Chavigny ocorre quando há duas lesões cortantes se sobrepondo; a primeira será de bordos fechados com a contração da pele já a segunda é realizada com o tecido já cortado.
- d) Na ferida incisa há regularidade do fundo da ferida, não havendo pontes de tecido, sendo mais profunda na porção final.
- e) O espostejamento é a separação do corpo em diversas partes irregulares.

100. O documento médico-legal que é redigido pelo próprio perito, consistindo na narração minuciosa da perícia realizada denomina-se:

- a) Auto pericial.
- b) Notificação.
- c) Atestado.
- d) Laudo pericial.
- e) Parecer.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PC-RJ-Delegado-01-12>



Estratégia

Conheça nossos cursos

CARREIRA JURÍDICA

Cursos para Delegado da PC-RJ